

Educação e Criminalidade: a Constituição da Violência nas Escolas Geradas Por Meio das Desigualdades e Violação dos Direitos Humanos

Dania Andreza Duarte de Souza

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - dania.duarte.21@gmail.com

Drielly Sinara de Castro Porta

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - driellydecastro@gmail.com

Leandro Costa Vieira

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - leandro.vieira@ufms.br

RESUMO

A proposta aqui presente, visa uma articulação teórica, a partir de uma vivência de estágio no ano de 2015, em que o foco central está relacionado com a violência institucionalizada no seio da escola. A pesquisa em fase inicial, tenciona fazer uma revisão bibliográfica sobre o contexto escolar e relacionado com o foco central que são as formas como se constitui a violência no interior da escola, seus agentes e o massivo processo de reflexão do professorado a respeito deste conflito. Ao discorrer sobre esta temática, fica evidente que se faz um diálogo sobre as diferenças, seja de cunho cultural, social, econômico, étnico/racial, de gênero, enfim, do que molda a sociedade em seus guetos e seus epicentros, que articula e que fragmenta, que inclui e o que exclui sujeitos em suas individualidades e/ou nos coletivos. Busca-se um embasamento no campo da sociologia da educação, da psicologia da educação e de outras vertentes no campo das políticas educacionais e de organização do Estado, para delimitar-se quais os aspectos que geram a violência e, uma possível posterior influência, com outros atos ilícitos sociais tais quais: criminalidade e outros delitos. Em tempos de transformações sociais, em que se projetam e sancionam-se leis, decretos e demais organizações que fragilizam as camadas populares, que se encontram marginalizadas pelo sistema neoliberal e capitalista, é importante pensarmos como estas políticas serão contributas e saltarão as relações de destrato, violência e alienação social, num sentido do que se faz refletir e do que se potencializa a ser refletido a partir do cotidiano vivido de escola, de sociedade, do que a filosofia, a arte, a sociologia e o corpo correspondem entre o idealizado e o vivido, nesse sentido propõe-se uma breve discussão a respeito do tema aqui exposto.

Palavras-chave: Violência escolar; Criminalidade, Atos ilícitos, Direitos Humanos, Diferenças.

1 INTRODUÇÃO

As inquietações que nos movem ao diálogo e as interpretações, correlacionadas a estudos sobre a problemática da violência nas escolas públicas, e a sua possível ligação com a posterior marginalização infanto-juvenil, surgiram durante um estágio realizado no ano de 2015 em uma escola municipal na cidade de Ponta Porã - MS. Oportuna situação em que foi percebido “a priori”, certa naturalização com as atitudes violentas como; agressões, roubos, de



incivilidades como; xingamentos e humilhações perfilizando-se assim um contexto de indiferença por parte dos professores diante dessas atitudes.

Na práxis, durante o período do estágio, foi rotineiro ouvir de professores jargões tais como: “educação vem de casa” e que “o trabalho dos professores é ensinar conteúdos disciplinares (a matéria)” ou ainda “só temos o trabalho de alfabetizar”. Mas como é possível separar o alfabetizador do educador durante o ensino fundamental? E qual é o papel das instituições escolares e dos profissionais que nelas atuam para colocar na roda das discussões o que se menciona e como surge o processo da violência, bem como buscar os elementos que irão potencializar a reflexão da ação violenta como um processo originário do sistema capitalista, que visa e tende a marginalização e distinção de sujeitos e núcleos sociais? Ainda neste processo, costurar caminhos que irão ao encontro do distanciamento das crianças da violência e criminalidade. Na tentativa de suprir essas inquietações diante do quadro violento e desigual que a sociedade vive atualmente buscamos respaldo em autores no campo da sociologia da educação, da psicologia da educação e demais investigadores, bem como no campo da filosofia e outras áreas do conhecimento. Irão assim, por em destaque as diferentes formas de manipulação e potencialização da violência e da criminalização do educando quando este apresenta atitudes inesperadas ou distantes do que se considera “normal” no campo educativo.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização desta investigação se deu primordialmente no campo teórico, considerando como estopim desta, a reflexão que fora feita a partir da vivência no estágio durante o ano de 2015 em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã, MS. Consideramos que a reflexão da prática é um processo bastante generoso na construção da identidade e da formação do professor, seja na realização de sua práxis, seja no que ele considera pertinente ou não em seu processo de formação e na construção de seu conhecimento.

A partir do que fora reflexo desta prática realizada entre os meses de março a dezembro do ano de 2015, na escola Porense, nome que destacaremos como forma de manter em absoluto sigilo como caráter ético de começo de estudos, buscou-se então realizar um primeiro passo desta investigação, no campo teórico, articulando referencias que potencializam nosso aprofundamento e embasamento critico/reflexivo sobre o tema em voga. Nesta articulação iremos destacar como campos de análise os aspectos que influenciam no



processo de violência do educando dentro da escola, mas que substancialmente essas ações são reflexos de suas vivências extra/escolares.

Consideramos relevante destacar alguns autores, e para direcionar a noção de violência que abordaremos nesta pesquisa é pertinente o que Rua e Abramovay (2002) considera a respeito de violência, a sua concepção sobre o assunto em destaque gera o que chamo aqui de conflito degenerativo da criança, que influencia diretamente com os aspectos da ética e do caráter. Para fazer-se a reflexão acerca do caráter, destaca-se como fundamental o que Wallon trás no campo da psicologia sobre os aspectos da interação do sujeito biológico com o exterior, com o mundo social para a formação da consciência humana.

No Campo da Violência e educação observamos a vertente cultural e humanística que Angel Pino explora na intenção de explicar a crescente violência não só escolar, como também social que vivemos atualmente. Charlot nos proporcionou um entendimento das diversas formas de violências presentes nas escolas e uma possível articulação entre a origem dessas violências escolares e a sociedade. Para delinear as possibilidades de ingresso na criminalidade e a sua ligação com a desigualdade social, analisamos Mendonça, Loureiro e Sachside (2003). Não deixando de lado a importância dos direitos humanos para diminuir os índices de violências nas escolas pesquisamos algumas diretrizes que norteiam e dão suporte a educação. Ainda nesse contexto, Geraldo Caliman foi esclarecedor para esse estudo inicial.

Ainda é importante considerar a teoria de Freire quando o autor faz intensas e múltiplas reflexões acerca da ideia de opressores e oprimidos. E nesse sentido, é importante frisarmos e pensarmos sobre o papel do professor nas ações e concepções trazidas por estes sobre o papel da escola e o papel da educação, no que se revela como essencial e pueril na formação do professor. Vendar os olhos ou considerar a violência como uma ação produzida isoladamente pelo educando é afirmar, referendar e consolidar um caráter corrompido desta criança ainda em fase de possíveis transformações psicossociais e de caráter afetivo.

3 A PROBLEMÁTICA DA VIOLENCIA NAS ESCOLAS

A violência é uma produção social, que é reflexo do sistema socioeconômico instaurado. O sistema capitalista potencializou as diversas formas de violência, colocando-nos em condições vulneráveis por diversos aspectos. Uma das formas que ocasiona essa potencial violência, se relacional ao que acontece como cultural, ao que chamamos de diversidade, das representações sociais pelas diferenças, sejam estas do ponto de vista étnico e racial, dos direitos humanos, da identidade de gênero, por crenças e filosofias de vida dos distintos



sujeitos, e mesmo ao que se apresenta como diferenças presentes pelo que constitui mulheres e homens e, de onde estes são oriundos.

Nesse contexto Charlot (1997) ressalta as produções de violência na escola e em seu entorno, o que ele chama de fonte de tensão, ou seja, as possíveis origens dessas violências.

Os incidentes violentos se produzem sobre um fundo de tensão escolar e social forte; em tal situação uma simples faísca que sobrevenha (um conflito, as vezes menor), provoca a explosão (o ato violento). É preciso, portanto, dedicar-se as fontes dessa tensão. Algumas dessas fontes estão diretamente ligadas ao estado da sociedade e do bairro. Quando o próprio bairro é presa da violência, é maior a probabilidade de que a escola seja atingida por essa violência. (Charlot; 1997, p.439 grifo do autor)

A violência, quase sempre está demarcada por um olhar que se lança a marginalização dos sujeitos, ao empobrecimento econômico, social e cultural, bem como o empoderamento de pequenas elites, que irá mitificar a ideia de que a violência ocorre em primeiro plano nas camadas populares, nos sujeitos historicamente marginalizados e que por distintas condições são postos como sujeitos violentos, ou protagonistas do processo da violação; seja esta: física, social, psíquica do outro que por esse vem a ser violentado.

Partindo do contexto institucionalizado de ensino, que se constitui na escola, propõe-se aqui uma análise acerca da problemática da violência nas escolas, De onde vem essa violência que está cada vez mais presente no ambiente escolar? Como as instituições lidam com esses problemas? Quais os mecanismos adotados pelas escolas para a erradicação, diminuição ou prevenção das violências? Por ser um assunto muito amplo não pretendemos responder a todas essas perguntas neste artigo, mas dar suporte as posteriores investigações sobre o assunto.

É preciso definir o que é violência escolar, para que se possa no decorrer do presente artigo, enfatizarmos uma possível articulação ao que se apresenta como violência e, como esta é tratada no ambiente educacional. Segundo Abramovay; Rua (2002, p. 22) “[...] uma possível definição de violência é toda a ação que impede ou dificulta o desenvolvimento, Se pensarmos a escola como espaço propiciador do desenvolvimento a violência representa a própria negação da instituição escolar”.

Diversas e distintas são as formas de violência vivida no ambiente escolar, variando inclusive de quem e como a pratica. Dificultando ou impedindo o desenvolvimento pessoal em todos os aspectos, biológico, psicológico, emocional, social, podendo partir de aluno para aluno, de aluno para professor, de professor para aluno, de professor para professor e até mesmo envolvendo outros profissionais nesse mesmo âmbito. A violência fragiliza qualquer



que seja a instituição, a exemplo disso, vemos que a instituição família, quando sofre algum tipo de violência no interior de suas casas, o que conhecemos por violência doméstica, teremos sujeitos fragilizados e vulneráveis a serem acometidos pela violência, executando a ação ou sofrendo dela.

Já a escola como um local de construção do saber e formação do cidadão, poderá sofrer com certos tipos de manifestações agressivas, o que talvez permeie o cotidiano educativo, pelas diferenças entre os sujeitos, impulsionando infrações, envolvimento com delitos e talvez, mais adiante o envolvimento isolado ou em conjunto de sujeitos no mundo do crime. Uma vez que esse sujeito se encontra em situação vulnerável por diversos fatores, Segundo Caliman, (2013,p. 13) :

[...] existem problemas em nossa sociedade capazes de provocar expressões de mal-estar: condicionantes culturais e estruturais como a desigualdade social, a negação de direitos fundamentais, a exclusão social. A pobreza não parece ser por si só matriz condicionante de comportamentos agressivos e violentos.

Assim vemos que diversas são as causas e motivos para a imersão à criminalidade desses estudantes, uma vez que, se veem à margem da sociedade e encontram nestes meios, saídas para diminuir essa desigualdade gritante entre as condições que se encontram e as condições necessárias para se viver dignamente. Em pesquisas quantitativas e qualitativas realizadas pela UNESCO no ano de 2001 abordando a violência, AIDS e drogas nas escolas foram constatadas como situações que vem se agravando e se tornando corriqueiras no ambiente escolar.

Charlot (1997) demarca os vários tipos de violências que ocorrem casualmente nas escolas, podendo ser chamado de violência, os roubos, as agressões físicas, a violência sexual, ferimentos, vandalismos e crimes; violência simbólica ou institucional partindo da instituição escolar para/com os alunos, como o ensino tradicional desmotivador que gera o desinteresse por conteúdos e disciplinas dificultando o aprendizado.

Porém a maior ameaça para o sistema escolar segundo Charlot (1997), são as incivildades, humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito que geram pressões psicológicas irreparáveis no desenvolvimento da criança que tem contato com essas incivildades, todavia a violência fragiliza a escola como um local de construção do saber e construção do cidadão podendo levar à criminalidade. Rua (2002, p. 294), destaca que:

Constatou-se que muitos jovens são vítimas ou agentes da violência, entretanto, mesmo os que não se envolveram diretamente, relataram inúmeros casos dos quais tomaram conhecimento ou presenciaram no espaço escolar. Esta proximidade contribui para banalizar o comportamento violento, tornando trivial a ocorrência de furtos, roubos, assaltos, estupros, agressões físicas, vinganças, homicídios, depredações, entre outros.



Para Galvão (2013) segundo a ideia de Henri Wallon (1990) o desenvolvimento intelectual da suporte ao desenvolvimento pessoal, ressalta ainda a importância do meio, das interações pessoais e do conflito com o outro para o desenvolvimento infantil e a formação da personalidade da criança. Assim, a escola é o espaço adequado para a formação integral do sujeito, emocional, intelectual, social, e formação de sua personalidade, Segundo Galvão: “[...] a educação deve, obrigatoriamente, integrar, a sua prática e aos seus objetivos, essas duas dimensões, a social e a individual: deve, portanto, atender simultaneamente a formação do indivíduo e à da sociedade”. (2013, p. 91)

A educação é socialização, é ela que direciona a formação em múltiplos aspectos de todo o sujeito que tem acesso à formação escolar, consequentemente atingindo o emocional e o pessoal de todos que permanecem por anos nas instituições escolares. A escola promove o desenvolvimento intelectual, cognitivo, social, cultural, aprimora aspectos de cunho afetivo, amplia a socialização e a sociabilidade dos entes institucionalizados e ela não pode continuar se isentando da responsabilidade de debater e por na roda das questões emergentes educacionais a problemática da violência da escola como um processo social e moral. Galvão (2013, p. 113), irá destacar que precisamos de “[...] uma escola engajada, inserida na sociedade e na cultura, e, ao mesmo tempo, uma escola comprometida com o desenvolvimento dos indivíduos, uma prática que integre a dimensão social e a individual”.

A desigualdade apesar de não ser o único motivo para o desenvolvimento da criminalidade acaba impactando positivamente para a sua existência. Afinal, os padrões impostos midiaticamente se tornam um referencial a ser seguido ou pré-requisito para a aceitação em sociedade ou em determinado grupo, e a insatisfação com a impossibilidade de dispor desses padrões se tornam o cerne da questão entre participar ou não de atividades ilícitas.

Um fator que influencia e eleva as taxas de criminalidade é a desigualdade social, apesar desta não ser a única determinante está atrelada à urbanização, que se apresenta muitas vezes como elemento crucial para o desenvolvimento da criminalidade. Nos grandes centros urbanos são ressaltados padrões que se tornam referência de consumo impostos midiaticamente. A classe social que dispõe de maior provento econômico, desfrutam e consomem destes bens (cultura, política, ambientes privativos e específicos alguns grupos), com grande facilidade, enquanto os desfavorecidos financeiramente acabam sendo inferiorizados por não terem a possibilidade de usufruir dos mesmos padrões referenciais. Mendonça e Loureiro (2003, p.6), destacam que:



O padrão de exigência para o consumo disseminado pelos meios de comunicação gera um referencial de satisfação muito acima da factibilidade passível de ser alcançada por aqueles que dispõem de renda média, fazendo com que isso se torne um fator a ser levado em conta na decisão individual de entrar ou não na criminalidade.

Todavia os fatores ligados à cultura influenciam sobre a renda e esta influencia na violência e na criminalidade, portanto a pobreza por si só não aumenta estes fatores, tal fato ocorre quando o baixo poder aquisitivo é comparado com o de grupos economicamente superiores, desencadeando sentimentos de frustração na população de baixa renda. Para Mendonça, Loureiro e Sachida (2003, p.2),

Assim, deve existir uma relação direta entre desigualdade de renda e criminalidade. Um nível elevado de desigualdade implica um alto grau de insatisfação, existe ainda uma relação entre insatisfação de rendimento exigido para permanecer fora da criminalidade.

A pessoa deveria ter boas condições de trabalho formal, para conseguir obter sucesso com seu trabalho, se a baixa renda ver pouca diferença entre o mercado lícito e ilícito poderá perceber um equilíbrio financeiro entre ambos, se mantendo indiferente à opção criminal que lhe proporcionaria sucesso a curto prazo mas com os riscos das punições das leis.

A sociedade eleva a exigência para o sujeito participar do mercado de trabalho formal. Dificulta o acesso ao emprego com boa remuneração e, conseqüentemente, levando a uma insatisfação. Desta forma isso potencializa a aproximação e o envolvimento com atos ilícitos, violentos e de criminalidade, pelo fato da pessoa não atingir a renda que proporcionaria um equilíbrio financeiro. Deparamo-nos aqui, com o fato de que, violência e criminalidade estão ligadas a questões socioeconômicas, o não acesso a bens e consumo de produtos mediaticamente cabíveis num sistema econômico competitivo e, desta forma promovendo as distinções entre ricos e pobres e definindo-se assim o processo de marginalização. O que o Estado faz para reverter essa situação?

A desigualdade social é a variante fundamental para o desenvolvimento da criminalidade, as outras variáveis como, grupo pertencente, desemprego e consumo referencial, também são importantes, porém só influenciam a longo prazo. A taxa de urbanização assim como a interação com sujeitos de determinado grupo que tem envolvimento com atividade ilícita influencia no comportamento da criança podendo desencadear a entrada na criminalidade. PINO, (2007 p.744), destaca que:

[...] isso não se aplica a todos os indivíduos, mas apenas ou principalmente a alguns, os oriundos das classes populares, cidadãos sem cidadania por não terem propriedade. Essas classes são vistas desde então como a causa da origem do crime e da violência na sociedade, das quais esta tinha que se proteger[...]



Com o elevado nível de desigualdade social no Brasil, as oportunidades de mudança de perspectivas no campo pessoal ou profissional do indivíduo proporciona este a viver um dilema, em que as poucas alternativas para transmutação de um perfil historicamente traçado. Perfil este em que seus ascendentes foram postos por gerações, chegando até a sua geração a hipócrita ideia de não mudança de perspectiva.

Quando lançamos olhar sobre violência e criminalidade no espaço de educação pública, ligeiramente traçamos o perfil do menino pobre, com roupas surradas, de famílias negras, indígenas ou pardas; crianças oriundas de famílias com problemas sociais tais quais: envolvimento com o tráfico, roubo, assassinatos, assédio, violência doméstica, abuso sexual, dentre outras agravantes do processo. No entanto, é preciso considerar outros sentidos e, pensarmos na violência que se estende para outros perfis sociais.

A personificação da violência, em torno do homem, como sujeito violento, precisa ser revisitada como processo histórico e heterossexista; a ideia de heterossexista se encontra com alguns elementos que compreendem a figura masculina como dominante desde a infância, considerando que o menino que “não for bom de briga” se põe no lugar do “afeminado” homossexual, frágil, o fraco. Jargões sociais, mas, que são trazidos, também, pelo universo do professorado; estes, ao serem condicionados a um processo de violência no seu contexto de trabalho, em alguns casos irão potencializar a autodefesa dos que não se envolvem em situações vulneráveis, como uma forma de “sobrevivência” a estas condicionalidades sociais de escola.

Não obstante, as ações violentas que são criadas e ampliadas no contexto escolar, originadas por distintas formas de assédio, poderão num processo evolutivo transformarem-se em atos ilícitos e de criminalidade.

Os principais problemas que determinam e impulsionam a criminalidade no Brasil envolve a escolha de custo benefício ao praticar uma atividade ilícita, o indivíduo mede o risco de pena ao praticar uma atividade criminal com o retorno financeiro que ela o proporcionaria, como retratado por Mendonça, Loureniro e Sachida (2003) “Dessa maneira o agente pondera a recompensa e a penalidade em se sobrepor ao sistema legal, comparando o valor esperado dessa loteria com a renda que ele obterá numa atividade sem risco”. A escolha de participar ou não da violência é um aspecto humano e por isso possível de educação.

A escola é local de construção do conhecimento, do saber, de interações sociais, um ambiente híbrido e diversificado, e apesar de ser fragilizado com os corriqueiros episódios violentos é o local adequado para combatê-lo. Caliman (2013 p.12) diz que “a educação é



uma ação intencionalmente orientada para ajudar os indivíduos a adquirirem atitudes, conhecimentos e valores que os preparem para a vida”.

Tanto a Constituição Federal de 88, vigente na República Federativa do Brasil, quanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos são explícitas ao designar ao Estado de direito a responsabilidade pela oferta e manutenção da educação, toda pessoa tem direito a uma educação que possibilite um desenvolvimento pessoal e social em busca do respeito, da dignidade e da paz, como especificado no 2º parágrafo do art 26 da declaração citada acima:

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

Os direitos humanos, são os direitos que todo ser humano tem pelo simples fato de ser humano, o enfrentamento das desigualdades sociais e da pobreza, assim como o desenvolvimento do potencial humano, o respeito às diversidades, a igualdade plena sem distinção seja ela qual for, etnia, sexo, religião, língua, classe social, são as bandeiras levantadas pelas nações unidas em busca de um mundo igualitário, um mundo onde as pessoas tenham dignidade ao nascer, tenham dignidade em vida, gozando do conforto necessário para manter essa dignidade, como um bom emprego, uma moradia e uma educação de qualidade, tenham acesso a cultura e ao lazer.

O Caderno de Educação em Direitos Humanos Diretrizes Nacionais, publicado no ano de 2013 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República SDH/PR chama a responsabilidade dos profissionais da educação, da comunidade e dos representantes políticos para consolidar esses direitos, a instrução ofertada não deve apenas ser com os conteúdos da matriz curricular, mas também uma educação voltada para a formação do caráter e da mentalidade social, possibilitando que a pessoa se reconheça como um cidadão democrático, como definido na p.11 do respectivo caderno:

Para que seja consolidada, a Educação em Direitos Humanos necessita da participação dos profissionais do ensino, da sociedade civil, dos agentes e representantes políticos. A EDH trabalha com a orientação de crianças, jovens e adultos para que assumam suas responsabilidades enquanto cidadãos, promovendo o respeito entre as pessoas e suas diferenças; fazendo com que reconheçam seus direitos e defendam os direitos dos outros.

Portanto se buscamos a diminuição e posteriormente a erradicação da violência, seja no âmbito escolar, seja na sociedade, se faz necessário um enfrentamento ativo por parte dos educadores, educando para a vida e propagando uma cultura de paz ao invés de se isentar de tal responsabilidade, comungamos com a ideia de PINO (p.782, 2007) “se a educação não é



solução para acabar com a violência, sem a educação a violência não tem solução, nem a curto nem a longo prazo”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós educadores, em processo de formação inicial e/ou continuada, podemos sim, promover outras conduções e condições que levem estas crianças, adolescentes e jovens a distanciarem-se ou, mesmo, serem protagonistas num processo antiviolaência e anticriminalizador, não somente, no cotidiano escolar, mas em distintos meios e grupos sociais. Mas nunca deixando de considerar que a violência e a criminalização são processos concebidos pelas distinções sociais e pela marginalização sistêmica de alguns grupos, tais quais: pobres, negros, índios, mulheres, idosos, operários, beneficiários de Programas sociais e governamentais, dentre outros.

As práticas metodológicas adotadas pelos professores precisam ir ao encontro das expectativas que os estudantes tem em relação a escola, para assim, estes encontrarem motivos e prazer em estar nas instituições de ensino, podendo se reconhecer como agente ativo no seu processo de construção de conhecimento e cidadão democrático na sociedade em que vive.

A violência como um processo que pode ter distintas condicionalidades para ocorrer, devem ser debatidas quando surgirem no meio escolar. O processo de repressão, talvez não caiba aqui como a forma mais coerente de produzir meios que distanciem e potencializem militâncias contra a violência e a criminalidade pelas novas gerações que adentram e se constituem no seio da escola pública, no entanto, um processo que possa ser de transformação social é, identificar quais fatores fazem com que as agressões surjam e multipliquem nas escolas brasileiras.

O processo de formação e transformação se faz no devir no outro, nos coletivos e na compreensão das diferenças, para que estas não se esbarrem na fronteira do respeito, mas que sejam transpostas estas fronteiras ao debate, as discussões e compreensões sobre diferenças no processo das desigualdades. E como mencionamos durante todo exposto, as desigualdades no campo socioeconômico, político-cultural e de outras vertentes que englobam a sociedade no todo é que tem fomentado as concepções opressoras, violentas de agressividades e de crime contra a cidadania, que se espelham desde nossas representações políticas, que não escolhem família, não escolhem o berço de onde se nasce, mas que existem, que em alguns casos

quando se acredita de seu desaparecimento, elas ressurgem com força e com maior expressividade fatídica e agressora.

5 REFERÊNCIAS

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

CALIMAN, Geraldo (org). **Violência e direitos humanos**: espaços da educação, Brasília, Liber Livro, 2013.

MENDONÇA, Mário Jorge de; LOUREIRO, Paulo Roberto Amorim; SACHSIDA, Adolfo / **Criminalidade e Desigualdade Social no Brasil**, No. 967. Ipea, 2003

PINO, Angel/ **VIOLÊNCIA, EDUCAÇÃO SOCIEDADE: UM OLHAR SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO** / Educ.soc., Campinas, vol.28, n100- Especial, p. 763/785, out 2007 disponível em < <http://www.cedes.unicamp.br>>, Acesso em: 15 de Set. 2016

RUA, Maria das Graças; Abramovay, Mirian/ **Violências nas escolas**, Brasília, UNESCO, 2002

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. "Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948." Disponível em: < www.direitoshumanos.usp.br > acesso em 08 de set 2016

CHARLOT, Bernard. "A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão." *Sociologias* 4.8 (2002): 432-443. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16>> Acesso 10 de set 2016

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 22 ed- Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.